



Projetos ameaçam jogar no lixo direitos de Servidores



UNIR, LUTAR E VENCER

ESSE É O CAMINHO
SINDICALIZE-SE



SERJUSMIG UNIR, LUTAR
E VENCER

Tribunal prorroga licença paternidade; benefício é válido também para casos de adoção

No dia 3/6/2016 foi publicada no Diário do Judiciário Eletrônico - DJe, portaria (que já havia sido requerida via ofício pelo SERJUSMIG) que regulamenta a prorrogação da licença paternidade de cinco para 20 dias. Sob o número 3.343/PR/2016, ela é válida também para casos de adoção.



EDITAL - CONVOCAÇÃO AGE 20/8/2016

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado de Minas Gerais - SERJUSMIG, representado por sua presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 2º, inciso, II, IX e X, artigo 3º, inciso I, artigos 4º, 5º, 6º, inciso VI, art. 13, g, e art. 15º, inciso III do Estatuto da Entidade, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a ser realizada no sábado, dia 20 de agosto de 2016, às 9h30, em 1ª convocação, com o número regimental; e às 10h, em 2ª convocação, com o número de participantes, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG, localizado na Av. João Pinheiro, nº 100 - Centro - BH/MG, para debaterem e deliberarem sobre:

- 1) Data-Base 2016 e 2017.
- 2) Decisão do Conselho da Magistratura sobre recurso em procedimento administrativo requerido pelo ex-presidente do TJMG contra Servidores que, em protesto espontâneo contra ações da Administração do Tribunal, substituíram suas fotos de perfil no Facebook por imagem e informação contidas na Revista Época, edição 888 (Organizações Globo), disponível na internet a qualquer cidadão, contendo informações sobre rendimentos do presidente do TJMG no 1º trimestre de 2015.
- 3) Andamento das negociações com a atual Administração do TJMG sobre a Pauta de Reivindicações da categoria aprovada na AGE do dia 21 de maio de 2016 e para qual tipo de mobilização o SERJUSMIG deverá organizar a categoria para dar continuidade à luta pelo atendimento dos itens daquela pauta.
- 4) Ingresso ou não de Ação Judicial pleiteando a propositura da implementação do disposto no parágrafo 3º do art. 1º e art. 2º, todos da Lei 20.865/2013, e a correção dos vencimentos dos ocupantes do cargo de Oficial de Apoio Judicial B promovidos até o edital da PV referente ao de 2013 e dos Técnicos de Apoio Judicial, em virtude da desigualdade salarial decorrente da carga horária de 8 horas.
- 5) Greve Geral ou parcial, contra projetos em tramitação no Congresso Nacional que retiram direitos trabalhistas e previdenciários dos Servidores, em especial o PLP 257/2016 e a PEC 241/2016.

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2016
(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

EXPEDIENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **2º Vice-Presidente:** Ronaldo Ribeiro Júnior; **3º Vice-Presidente:** Alípio de Faria Braga; **Diretor Secretário:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Secretário:** Juscelino Rademarker de Oliveira; **Diretor Financeiro:** Antônio Costa dos Santos Júnior; **Sub-Diretor Financeiro:** Patrícia Rocha Couto; **Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de Relações Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Théo Léllis Alves Nardelli; **Sub-Diretor de Recreação, Esporte, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretor Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Sheila Augusta Ferreira Fernandes Salomé

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: 1º Ênio de Senna Gomes Júnior; 2º Seabra Júnior Ferreira Santos; 3º Wellington Quintiliano; 4º William Christie da Mata Oliveira; 5º Jorge Antônio de Almeida; 6º José de Queiroz Toledo; 7º Jorcelina A. Ferreira

SUPLENTE: 1º Juliano Ribeiro da Cunha; 2º Antônio Carlos L. Ribeiro; 3º Eduardo Luiz P. Furbeta; 4º Luciano César; 5º Antônio Ancelmo de Souza; 6º Eduardo Ramiro Fernandes Sousa; 7º Nelma Borges Machado

Editoras Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Textos e diagramação: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro e colaboradores

Impressão: Gráfica Formato **Tiragem:** 11.000 exemplares

Aprovada resolução que regulamenta o teletrabalho no Poder Judiciário

A resolução que disciplina o teletrabalho foi aprovada em 14/6/2016, pelo CNJ, e recebeu o número 227. A norma veda a possibilidade de autorização para teletrabalho ser prestado fora do País, prevê a instauração obrigatória de processo administrativo disciplinar contra o Servidor em regime de teletrabalho que receber em sua casa advogados das partes, além da suspensão automática da permissão de teletrabalho.

A produtividade a ser cobrada dos Servidores em regime de teletrabalho será superior a dos Servidores que trabalharem nas dependências do órgão, a exemplo da regulamentação já editada pelo STF.

No TJMG, o teletrabalho foi regulamentado pela Portaria Conjunta 493/PR/2016, já tendo sido feita a designação dos primeiros Servidores a participarem da experiência. Foram selecionados Servidores da Justiça Comum de 1ª Instância e dos Juizados Especiais da comarca de Belo Horizonte e Servidores da 2ª Instância.

De acordo com o TJMG, a seleção para o projeto-piloto foi feita por indicação dos gestores das varas selecionadas, com base em seus perfis profissionais e passada a fase experimental. Caso haja a institucionalização



do projeto, os Servidores interessados em trabalhar de maneira remota deverão ser escolhidos por meio de processo seletivo, com definição de critérios objetivos.

VAMOS REFLETIR SOBRE ISSO?

No site do SERJUSMIG, há um artigo de arthur Lobato, psicólogo e especialista em saúde do trabalhador, no qual ele questiona se o teletrabalho é mesmo uma boa opção para o Servidor, em detrimento de questões como espaço físico, ergonomia, disciplina, invasão do espaço privado, isolamento social, além de eventuais problemas tecnológicos.

SERJUSMIG lança série de vídeos para elucidar novo Plano de Carreiras

Conforme vem sendo amplamente denunciado pelo SERJUSMIG, é prática corriqueira da Administração do TJMG negar a efetiva participação dos sindicatos nas discussões dos assuntos que dizem respeito aos trabalhadores do Tribunal, provocando, além de imensa insatisfação, sérios prejuízos aos trabalhadores da Casa.

A reforma do Plano de Carreiras é um exemplo dessa situação. Os sindicatos foram deixados de fora do grupo de trabalhos que a elaborou. Ainda assim, o SERJUSMIG apresentou emendas, conversou com desembargadores alertando-os para as falhas gravíssimas da norma e os prejuízos que causarão, não só aos Servidores, mas também à qualidade da prestação dos serviços.

Não sendo ouvido no TJMG, o SERJUSMIG distribuiu, no Conselho Nacional de Justiça, um Procedimento de Controle Administrativo que busca anular a aprovação da então

minuta, transformada posteriormente em Resolução, que altera o plano de carreiras dos trabalhadores do Judiciário mineiro.

Enquanto aguarda decisão do CNJ, para tentar ajudar os Servidores a entenderem as novas regras às quais estarão sujeitos caso as mudanças sejam mantidas pelo Conselho, o SERJUSMIG realizou uma série de matérias e publicou vários vídeos. Neles, a presidente Sandra Silvestrini, com o apoio da vice-diretora Financeira, Patrícia Couto, integrante da Comprove, esclarece dúvidas enviadas pelos Servidores.

Assista em: <http://site.serjuszsmig.org.br/multimedia/videos>



PLP 257/2016 - Em nome de a ver no lixo direitos históricos

Há mais de três meses, o SERJUSMIG, aliado a outras entidades, vem se mobilizando para esclarecer à população, em especial aos Servidores públicos, sobre os prejuízos que a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP 257/2016) e a da PEC 241/2016, conhecida também como a “PEC do fim do mundo”, provocarão nas condições de trabalho e nos direitos dos Servidores públicos, dentre eles congelamento de carreira, vedação de posse de concursados, achatamento salarial, bem como na aposentadoria dos trabalhadores e, por consequência, na qualidade da prestação de serviços. Os projetos tramitam em ritmo acelerado na Câmara Federal.

A justificativa, tanto para o PLP 257/2016 quanto para a PEC 241/2016, está na necessidade de estados e municípios equilibrarem suas contas e de criarem regras que os possibilitem pagar suas dívidas com a União. Mas, de acordo com Maria Lúcia Fatorelli, da Associação Auditoria Cidadã da Dívida, essa dívida já foi paga há muito tempo. “Trata-se de um esquema perverso que limita o gasto primário (saúde, educação, segurança pública, etc.) e deixa recursos à vontade para pagar uma dívida já quitada e que serve apenas para enriquecer os grandes bancos e favorecer esquemas escusos de empresas de propósitos específicos que emitem debêntures que já são dívidas públicas”, adverte.

Fatorelli denuncia que, dos R\$ 112 renegociados com a União em 1998, os estados já pagaram R\$ 246 bilhões até 2014 e ainda devem mais de R\$ 470 bi. Como é possível colocar essa conta nas costas dos trabalhadores? Essa dívida está transformando uma dívida interna nula em

dívida externa! Esse é um esquema para alimentar o sistema financeiro mundial e não podemos deixar essa praga se alastrar por nosso País como já está se alastrando!

Previdência também ameaçada

Soma-se a estes dois nefastos projetos também a tentativa de uma nova reforma nas regras da Previdência Social. Mais uma vez, a intenção é aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria, bem como a alíquota de contribuição previdenciária, dentre outros novos prejuízos que se pretende impor aos trabalhadores. As mulheres devem ser ainda mais prejudicadas, pois a pretensão é de igualar a idade mínima.

SERJUSMIG em Brasília

No mês de julho, a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (FENAJUD) realizou em Brasília uma reunião com presidentes e coordenadores gerais dos sindicatos, para organizar os trabalhadores em movimentos de enfrentamento a estes e outros ataques, como, por exemplo, a proposta de terceirização de atividade fim. O SERJUSMIG participou dos debates, das deliberações e das ações.

O SERJUSMIG esteve presente também em um seminário realizado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados onde se discutiu os reais perigos da aprovação do PLP 257/2016 e da PEC 241/2016. Para o presidente da Confederação dos Servidores

PEC 241/2016 - “PEC do fim do mundo”

A Proposta de Emenda Constitucional institui o Novo Regime Fiscal, estabelecendo um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação.

A regra de congelamento do gasto público valerá por 20 anos, período durante o qual o dinheiro economizado será canalizado para pagamento dos juros e do principal da dívida.

A prioridade da PEC, que será complementada pela reforma da Previdência, será seguida de outras medidas de ajuste, a serem adotadas em nível infraconstitucional, como dispensa de Servidor por insuficiência de desempenho, mudanças nos critérios de progressão e promoção de Servidores, restrições na concessão de pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença.

PLP 257/2016

O PLP 257/2016 faz parte do pacote de ajuste fiscal e dentre seus principais riscos estão:

- Suspensão dos concursos públicos
- Congelamento de salários
- Não pagamento de progressões e outras vantagens (como gratificações)
- Destruição da previdência social e a revisão dos Regimes Jurídicos dos Servidores
- Precarização dos serviços públicos ofertados à população

. Concu
. Revisã
. Pagam
gratific
. Promo
Aumento da
Aumento da
aposentad
Congelamento

uma falácia, estamos prestes dos Servidores Públicos

risco público

o salarial anual

ento de

ações

ções

contribuição previdenciária ✓

idade mínima para ✓

doria

o de carreiras ✓

Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos, o PLP 257/2016 trata da retirada das prerrogativas

de governadores em relação aos Servidores. Isso favorece a aniquilação de políticas públicas essenciais na saúde, na educação e na proteção social do INSS", diz. "Esse é o maior retrocesso para todas as conquistas pelas quais sindicatos e trabalhadores tiveram que lutar por décadas neste país", analisa Rui Viana, vice-presidente do SERJUSMIG.

Corpo a corpo em Brasília

Assim que foram retomados os trabalhos no Congresso Nacional, nos dias 1º e 2 de agosto houve uma tentativa de se aprovar, na surdina, o PLP257. O governo interino solicitou pressa aos deputados na aprovação do projeto, ao qual foi imprimido o chamado "caráter de urgência". Mas o SERJUSMIG, novamente, estava a postos e, somando forças a outras

dos projetos", adverte Antônio Costa. "Queremos auditoria da dívida dos Estados. Não aceitamos pagá-la com a retirada de nossos direitos. Vamos exigir a rejeição desses projetos", enfatiza Sandra Silvestrini, presidente do SERJUSMIG.



Antônio Costa e Théo Lellis conversam com o dep. Padre João (PT-MG), no Congresso Federal. Dirigentes do SERJUSMIG trataram sobre o PLP com dezenas de outros deputados em Brasília.

5 pontos condenados da Reforma da Previdência

- . Idade mínima de 65 anos para aposentadoria
- . Aumento do tempo de contribuição e da idade de aposentadoria para as mulheres
- . Igualdade de regras para aposentadoria rural e urbana
- . Desvinculação do piso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o salário mínimo
- . Aumento da contribuição previdenciária do trabalhador

Atos Públicos e ações em MG

Contra todos estes ataques promovidos pelo PLP, a PEC e a Reforma da Previdência, o SERJUSMIG tem participado de reuniões, corpo a corpo com deputados, manifestações e audiências públicas. Passou a integrar a *Frente Parlamentar e Popular Mineira em Defesa da Previdência*, lançada em audiência pública no dia 23/06, a qual também passou a abarcar a luta contra o PLP257.

Em conjunto com outras entidades, tem organizado várias frentes de lutas, incluindo o "Dia nacional de Luta pelo emprego e contra o corte de direitos", que será realizado em 16/08/2016 (terça-feira), a partir das 16h, na Praça Afonso Arinos, em BH, com passeata por várias ruas de BH.

Participe, servidor: seus direitos estão em risco!

entidades, esteve presente no Congresso, fazendo corpo a corpo com deputados mineiros e também de outros Estados, para pedir a rejeição do projeto.

Os dirigentes Antônio Costa e Théo Lellis, assim como o assessor Franklin Almeida, avaliam como muito positivos os dois dias em que estiveram na linha de frente no Congresso Nacional. "Conversamos com dezenas de parlamentares e expusemos a eles as consequências terríveis que, se aprovados da forma como estão, os projetos irão imputar aos trabalhadores", avalia Théo Lellis. "Conseguimos adiar a votação e, com isso, ganhamos mais tempo para a luta", diz Franklin Almeida.

"Na semana que vem, estaremos novamente em Brasília para darmos continuidade à batalha. Enquanto isso, é imprescindível que os Servidores enviem e-mails para os deputados, cobrando deles o voto contrário à aprovação

Presidente do TJMG reúne-se com sindicatos e garante prioridade à 1ª Instância

Orçamento. Preocupado com as consequências que a aprovação do PLP 257/2016 pode provocar no Orçamento do TJMG, Herbert Carneiro disse, no momento, não poder se comprometer a conceder a data-base 2016

No dia 1/7 tomou posse o novo presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro. Uma semana depois, ele se reunia pela primeira vez com a direção do SERJUSMIG, juntamente com dirigentes do SINJUS e SINDOJUS, para um encontro de apresentação. Nesse dia, Herbert afirmou que tomará todas as providências que lhe competirem para oferecer condições dignas de trabalho para os Servidores e magistrados. Reconheceu, ainda, a importância do Servidor para um mandato bem sucedido e que, por isso, buscaria tratar com respeito e atenção suas demandas para tê-los ao seu lado nesse desafio de uma administração exitosa. O presidente disse também que sua gestão será baseada no diálogo e que, para isso, pretende instituir reuniões periódicas, se possível mensais, com os sindicalistas.

Reunião discute orçamento

Menos de um mês após a primeira reunião, em 4/8 o presidente recebeu novamente os sindicalistas, agora para tratar sobre orçamento e reivindicações. Logo no início do encontro, Herbert Carneiro afirmou aos dirigentes a total impossibilidade de, no momento, assegurar a concessão aos Servidores da revisão salarial anual 2016 (data-base) pleiteada pelos sindicatos, que é de 11,22%, sem antes conhecer o resultado da tramitação do PLP 257/2016 na Câmara dos Deputados.

Isso porque, segundo o presidente, caso o PLP seja aprovado, o que hoje é considerado gasto com pessoal, que no caso do TJMG estaria em 5,23%, passará para 9,2%, o que extrapolaria em muito os 5,614%, que é o limite prudencial com gastos de pessoal permitido pela



Segunda reunião entre a presidência do TJMG e os sindicalistas aconteceu no dia 4/8. Nela, Herbert Carneiro falou sobre as consequências imensuráveis que, caso aprovado em sua forma original, o PLP 257/2016 vai causar no Orçamento do Tribunal

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Despesas que contabilizadas como custeio e pagas pelo Fundo Especial (não entram no limite da lei), caso o projeto seja aprovado em sua forma original, passarão a ser consideradas despesas com remuneração, portanto, pagas com verbas do Orçamento (entram no limite da Lei). Essa elevação aconteceria porque despesas como terceirização, auxílios e verbas indenizatórias entrariam no cálculo de gastos com pessoal, o que hoje não ocorre.

Isso posto, Carneiro ressaltou que ele, enquanto gestor, não pode correr o risco de se comprometer a conceder qualquer índice de reajuste que ele não possa honrar e pelo qual, inclusive, possa ter que vir a responder judicialmente. Não sem antes saber como ficará o orçamento da Casa diante da possibilidade de votação do projeto, o que deve acontecer semana que vem.

O assunto data-base, porém, não está descartado e voltará a ser tratado na próxima reunião, já marcada para o dia 11/8, data em é esperada maior clareza do cenário, uma vez que já se deverá ter uma definição da votação do PLP e, caso tenha sido votado, se foi aprovado e se seus efeitos foram ou não minorados por eventual emenda aprovada.

1ª Instância

Questionado pelos sindicalistas se mesmo ante a aprovação, pela CCJ do Senado, do aumento de salário para ministros do STF, Herbert Carneiro iria manter a posição firmada na primeira reunião com os sindicatos de manter a isonomia no tratamento entre Servidores e magistrados, o presidente reiterou sua promessa e reafirmou seu compromisso de valorizar, especialmente, a 1ª Instância.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

- Gratificação Chefia (GEC) para Escrivão e Contador
- Alterações do Plano de Carreiras e das atribuições dos cargos
- Unificação dos quadros de pessoal da 1ª e 2ª instâncias com isonomia de direito
- Promoções Verticais
- Concurso público para provimento de cargos vagos na 1ª Instância
- Instituição do auxílio-saúde para os Servidores ativos e aposentados
- Instituição do auxílio-transporte para os Servidores
- Democratização do Judiciário com participação de Servidores na eleição de cargos diretivos do TJMG

Auxílios

Quanto aos auxílios, o presidente se mostrou mais otimista e falou sobre a possibilidade da concessão de reajuste no auxílio-alimentação, auxílio-creche e no valor das diligências gratuitas (Assistentes Sociais, Oficiais de Justiça, Psicólogos e Comissários) a partir de setembro. Quanto ao auxílio-saúde, afirmou que já solicitou à sua equipe que fizesse um estudo de impacto orçamentário para que, já na próxima reunião, possa trazer aos sindicalistas algum posicionamento mais concreto sobre o assunto.



Primeiro encontro entre os dirigentes sindicais e o presidente Herbert Carneiro foi realizada uma semana após sua posse, que aconteceu no dia 1º de julho.

Gratificação de escrivães e contadores

Questionado pelos representantes do SERJUSMIG sobre a gratificação dos Escrivães e Contadores, o presidente do TJMG disse que, por ser verba remuneratória de caráter continuado, a gratificação esbarra nos mesmos empecilhos apresentado para a data-base. Os dirigentes do SERJUSMIG insistiram, então, que, provisoriamente, seja concedida uma ajuda de custo a esses Servidores (que trabalham 8 horas, mas recebem por 6 horas) em forma de auxílio/indenizatória. O presidente respondeu, falando da dificuldade de se caracterizar essa gratificação como um auxílio, mas assegurou que a proposta será estudada.

Na segunda reunião, ficou evidente a todos que estamos diante de um cenário inegavelmente sombrio e desfavorável ao serviço público brasileiro.

Mas, ao mesmo tempo, temos que encontrar uma saída capaz de impedir que os Servidores do Judiciário mineiro, já tão combalidos – ocupando a 19ª posição no ranking salarial dentre os Servidores de tribunais de Justiça de todos os estados brasileiros – de serem ainda mais prejudicados. Vamos sempre lembrar a todos que data-base não é aumento salarial, mas, sim, reposição de perdas inflacionárias, e disto jamais abriremos mão.

Vamos fazer a nossa parte

Desde o dia 1/8, dirigentes do SERJUSMIG estão trabalhando intensamente em Brasília, fazendo corpo a corpo com os deputados na tentativa de os convencerem a votar **contra** o PLP 257/2016.

Servidor, você também deve fazer a sua parte nessa luta: escreva para os deputados e exija deles o voto contrário ao PLP 257/2016!

AGE

Compareça à AGE do dia 20/8! Nela, iremos discutir todos os pontos de nossa pauta, inclusive diante dos resultados de uma nova reunião com o presidente do TJMG (marcada para o dia 11) e também após a provável votação do PLP 257/2016 em Brasília. Participe, confirme sua presença pelo telefone (31) 3025.3507! **Não se omita da luta em momento tão crucial e tão definitivo para todos nós!**



SERJUSMIG e SINDSEMPMG firmam parceria e estendem convênios aos seus associados

Unidos em várias jornadas nas lutas, o SERJUSMIG e o Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais - SINDSEMPMG firmam parceria que promete ampliar benefícios aos associados dos dois sindicatos.

As entidades vão compartilhar seu leque de convênios, aumentando significativamente as ações de empresas

que oferecem descontos aos seus filiados, em diferentes segmentos e regiões do Estado

Os convênios são divulgados no site do SERJUSMIG e os profissionais e empresas a serem contatados para uma possível parceria podem ser indicados pelos Delegados ao setor de convênios, pelo telefone: (31) 3025.3507.

O protagonismo das mulheres: Sandra Silvestrini é homenageada pelo SINPRO

Uma homenagem a 22 mulheres que contribuem para dar visibilidade, mobilizar e fortalecer a luta pela igualdade de gênero e a emancipação feminina, dentre elas a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini, foi prestada no dia 24/6 pelo Sindicato dos Professores de Minas Gerais – SINPRO. O tributo fez parte do lançamento da 9ª edição da revista Elas por Elas e da entrega da Comenda Clara Zetkin.

A presidente do SINPRO Minas, Valéria Morato (à esq. na foto ao lado), falou durante o evento sobre as violências vividas diariamente pelas mulheres, como o assédio e a dupla jornada de trabalho e reafirmou o compromisso do Sindicato em seguir na luta contra qualquer retrocesso nas conquistas das mulheres, assim como de todos os trabalhadores.



Ao falar sobre o evento, Sandra ressaltou a importância de um ato que homenageia mulheres que realizam lutas em nome de uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente em um país como o Brasil, que exibe números tão alarmantes quando se trata da situação em que vivem suas mulheres. E citou:

“O Brasil tem uma das taxas mais baixas do mundo de presença de mulheres no Congresso Nacional, chegando a ser inferior à do Oriente Médio. Na Câmara elas são apenas 9% e no Senado 13%. Em termos de violência, a situação é ainda mais grave: a cada 7 minutos uma denúncia de violência contra a mulher é registrada; casos de estupros chegam a 1 a cada 11 minutos no Brasil (sem contar a altíssima subnotificação).”

Sua comarca já elegeu seu delegado sindical? Dentre aquelas que já elegeram, mulheres já são 46%!

Diferentemente da baixa representatividade que as mulheres ainda têm em cargos públicos e de liderança no Brasil, dentre os titulares das delegacias do SERJUSMIG nas comarcas de Minas Gerais, as mulheres estão quase alcançando os homens: até o momento, entre delegados e vice-delegados as mulheres representam nada menos que 46% do total.

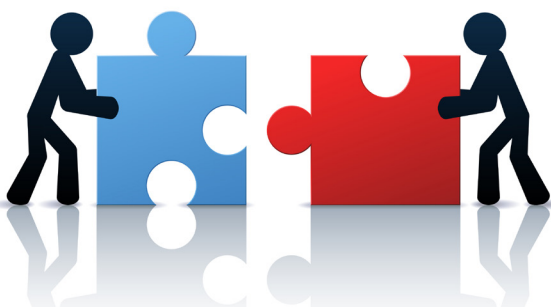
Uma proporção que pode até se igualar ao percentual de homens que representam seus compa-

nheiros de tra-

balho, uma vez que algumas comarcas ainda não enviaram ao Sindicato os nomes de seus delegados e vice-delegados.

Qualquer Servidor (ou Servidora!) sindicalizado pode se candidatar aos cargos. A eleição deve ser realizada de forma independente, na própria comarca. Para que um candidato seja eleito, é preciso que ele obtenha **50% mais um** dos votos de todos os Servidores sindicalizados lotados na comarca. Uma vez eleitos, os nomes devem ser comunicados ao SERJUSMIG, pelo e-mail filiacao@serjusrmig.org.br.

**Não deixem de participar:
quanto mais delegados, mais democrática,
mais forte e mais representativa
será a luta sindical.**



SERJUSMIG participa de reunião do Núcleo de Assistentes Sociais em MoC

Debate. Grupo discutiu condições de trabalho e riscos da implantação do banco de peritos

Na sexta-feira 29/7, representantes do SERJUSMIG estiveram presentes no encontro do Núcleo de Assistentes Sociais de Montes Claros, para discutir as condições de trabalho e expor às profissionais presentes os riscos da implantação do banco de peritos proposto pelas resoluções do CNJ e do TJMG, bem como as alterações a respeito colocadas pelo Novo Código de Processo Civil.

Após uma produtiva tarde de discussões e de muito debate, algumas deliberações foram definidas e elas serão agora levadas aos vários núcleos de Assistentes Sociais do Judiciário mineiro.

Os debates foram comandados pela assistente social Ana Maria Bertelli, diretora Social do SERJUSMIG e representante do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), e pela advogada Priscilla Gusmão.

Após as discussões, o assessor da diretoria do Sindicato Franklin Almeida, também presente ao evento, repassou às assistentes sociais presentes informes sindicais da categoria, sobre temas como data base 2016, plano de carreira, aposentadoria, PLP 257/2016, PEC 241/2016,

diligências e enfatizou a importância da classe se unir em torno da luta por seus direitos.

Estiveram presentes na reunião do Núcleo, Assistentes Sociais lotadas nas seguintes comarcas: Bocaiúva, Brasília de Minas, Bonfinópolis de Minas, Coração de Jesus, Francisco Sá, Grão Mogol, Janaúba,

Januária, Monte

Azul, Montes Claros, Pirapora, Rio Pardo de Minas e Várzea da Palma.

No dia 5/8, o SERJUSMIG participou do encontro do Núcleo realizado na comarca de Juiz de Fora.



Atual situação do MS dos substitutos

Em 11/7, o SERJUSMIG ingressou com o pedido de liquidação por artigos para se apurar os valores devidos a cada um de seus filiados junto ao Mandado de Segurança dos substitutos (processo nº 1.0000.09.499713-7/000). As parcelas vencidas no curso do MS serão executadas na própria ação e as parcelas vencidas nos cinco anos anteriores ao MS, são objeto da ação ordinária já ajuizada em 15/10/15, processo nº 6104316-28.2015.8.13.0024, em curso perante a 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de BH.

No procedimento de liquidação de sentença, o SERJUSMIG requereu ao desembargador relator a expedição de ofício ao TJ para que apresente a documentação necessária para a confecção dos cálculos pelo perito contratado pelo Sindicato, pedido este que ainda não foi apreciado.

A assessoria jurídica do SERJUSMIG tem audiência agendada para o dia 8/8 com relator, desembargador Wander Marotta, a fim de dar agilidade ao processo, uma vez que até a presente data não foi apreciado o requerimento formulado pelo Sindicato. Paralelamente, o SERJUSMIG, também ingressou com requerimento administrativo junto ao DEARHU solicitando o fornecimento das informações necessárias para a realização da liquidação de sentença, sendo que até a presente data ainda não obteve resposta.

O Sindicato está avaliando alternativas e montando estrutura para o caso de não obter resposta para os requerimentos formulados. Porém, é preciso aguardar o resultado da audiência com o relator.

CONJUR noticia pedido da C contra “censura estatal”

A revista eletrônica CONJUR, publicação independente e referência nas áreas de direito e justiça, e cujo público leitor chega a um milhão a cada mês, divulgou, em 1/8/2016, matéria sobre a censura vivenciada pelo SERJUSMIG, sua presidente e 10 Servidores pelo Judiciário mineiro. Foi noticiado que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) peticionou requerendo sua inclusão como *amicus curiae** na ação judicial movida pela Associação dos Magistrados mineiros (AMAGIS) contra o SERJUSMIG, o Google e o Facebook; na ação movida por Pedro Carlos Bitencourt Marcondes (ex-presidente do TJMG); contra o SERJUSMIG, sua presidente, Sandra Silvestrini, o Facebook e o Google; e também em outra, movida pelo ex-presidente contra Servidores da Justiça mineira.

Relembre o caso

As ações tiveram início o ano passado, por ocasião da campanha salarial 2015 da categoria e logo após a Revista Época publicar, em sua edição de nº 888, uma reportagem com o título “Juizes estaduais e promotores: eles ganham 23 vezes mais do que você”. Nela, o então presidente do TJMG era apontado como aquele que, em comparação com os presidentes dos demais tribunais de Justiça brasileiros, recebeu o maior salário médio no primeiro trimestre de 2015 (de acordo com pesquisa elaborada pela própria revista).

Após divulgação do material da campanha salarial, que incluía a reprodução da matéria da revista Época, a AMAGIS e o então presidente do TJMG (na condição de pessoa física) processaram o Sindicato, o Google e o Facebook. No caso do ex-presidente, o processo foi movido também contra a presidente do SERJUSMIG, que nada mais fez do que exercer seu dever estatutário de representar o sindicato, cumprindo as decisões da categoria e seu direito à liberdade de expressão e do exercício do mandato sindical.

Indignados com a negativa da concessão da simples revisão geral salarial da categoria, cujo índice estava inclusive originariamente aprovado no orçamento de 2015, alguns Servidores, num ato de protesto, decidiram espontaneamente substituir suas fotos de perfil no Facebook pela imagem do ex-presidente do TJMG juntamente com a informação sobre o salário pago a ele, exatamente da forma como foram publicadas pela revista. Os Servidores não criaram a imagem, nem a informação: apenas as reproduziram conforme constava na citada edição da revista. Autora da reportagem e da imagem, a revista Época

não foi acionada na Justiça, nem pela Amagis, nem pelo ex-presidente.

Processos administrativos

Todo o material da campanha salarial do SERJUSMIG foi suspenso por liminares. Por sua vez, além de ingressar com as ações judiciais, o ex-presidente do TJMG, na condição de administrador, solicitou à Corregedoria Geral de Justiça a abertura de processo



administrativo contra 10 Servidores (cinco destes processados civilmente), sinalizando, inclusive, com a indicação de pena de demissão. Na ocasião, a Corregedoria abriu Sindicância, porém, o relatório da Comissão sindicante foi pela não abertura do processo administrativo, relatório este aprovado pelo Corregedor-Geral de Justiça, em decisão devidamente fundamentada.

Inconformado com a decisão da Corregedoria Geral, o ex-presidente do TJMG recorreu ao Conselho da

CSPB para ingressar em Ações de juízes de Minas Gerais

Magistratura que, em 1/8/2016, por um placar de 5 votos a 4, deu provimento ao recurso, determinando a abertura de processos administrativos contra quatro dos Servidores (recursos contra a decisão relativa a seis Servidores ainda não foram julgados pelo Conselho, o que deve ocorrer em sessão do dia 5/9/2016).

Direito Constitucional ameaçado



A prevalecer a decisão do Conselho da Magistratura, quatro Servidores responderão a processos administrativos pelo simples fato de terem exercido, fora do ambiente e da jornada de trabalho, em seus perfis pessoais na rede social, a liberdade de expressão assegurada na Constituição Federal, replicando informações divulgadas por uma Revista de circulação nacional.

Na avaliação da direção do SERJUSMIG, caso essa medida prospere, significará uma verdadeira mordaca,

no momento em que estará punindo manifestações legítimas de insatisfação de trabalhadores contra atos de gestão.

Visando impedir a propagação de tal política, que representa um grave risco ao exercício da liberdade de expressão e da atividade sindical, a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) e a CSPB requereram o ingresso nas ações.

Para a Confederação, “as medidas visam censurar atos legítimos dos Servidores, que fazem parte da liberdade de expressão. E publicar salário de qualquer funcionário público — inclusive juízes — não afeta a honra ou segurança deles, como já decidido pelo Supremo no julgamento da Suspensão de Segurança 3.902 e fixado pela Resolução 151/2012 do Conselho Nacional de Justiça”, apontou a entidade. Outro precedente do STF citado pela CSPB foi a recente decisão da ministra Rosa Weber de suspender os processos de juízes do Paraná contra o jornal Gazeta do Povo e seus jornalistas, caso que ganhou bastante repercussão nacional e internacionalmente.

O Serjusmig e os Servidores são defendidos nas ações judiciais pelo escritório de advocacia Lucchesi Advogados Associados e a defesa administrativa dos Servidores está a cargo do escritório Souza Sousa Advogados S/C.

** Amicus curiae é uma pessoa, entidade ou órgão, com profundo interesse em uma questão jurídica, na qual se envolve como um terceiro, que não os litigantes, movido por um interesse maior que o das partes envolvidas no processo.*

Conselho Federal da OAB e U.S. Department of State

Em junho, o SERJUSMIG, representado pela presidente, Sandra Silvestrini, e pelo diretor Financeiro, Antônio Costa, denunciaram o caso em evento realizado no Conselho Federal da OAB, em parceria com o U.S. Department of State.

O evento teve como palestrante a antropóloga Emma Llansó, especialista em Direito Cibernético e diretora do projeto Free Expression do Centro de Tecnologia e Democracia dos Estados Unidos.

I Pedal Solidário do Judiciário arrecada mais de uma tonelada de alimentos

Mais de 500 pessoas, entre Servidores da Justiça de 1ª e 2ª instâncias, familiares e amigos, participaram do 1º Pedal Solidário dos Servidores do Judiciário, realizado no dia 8/6, numa parceria entre SERJUSMIG e SINJUS-MG, com a colaboração de Israel Ferreira e Robson Fonseca Pinto, da administração do foro de BH, além do apoio da Ciclovía Bicicletas e Mais Aventuras.

O pedal noturno percorreu 10 Km em várias vias da região central de Belo Horizonte. Para retirar seu kit de participação, cada ciclista entregou nos sindicatos dois quilos de alimentos não perecíveis, o que totalizou mais de uma tonelada em doações, que foi destinada a entidades assistenciais, beneficiando centenas de famílias carentes.



Venuty F. C. é o campeão da Copa da Justiça de Futebol Society

Entre os meses de junho e julho, o SERJUSMIG e o SINJUS-MG realizaram em BH a I Copa da Justiça de Futebol Society. Ao todo, foram formados 12 times, compostos por Servidores efetivos do quadro de pessoal das duas instâncias do TJMG e TJMMG, e demais colaboradores (estagiários, terceirizados, Assprons, motoristas, etc.) e funcionários e colaboradores do SINJUS e SERJUSMIG. Após cinco rodadas e 21 jogos, Venuty F. C. sagrou-se campeão.

A Copa teve o patrocínio indispensável do SICOOB JUS-MP e FESEMPRE e conseguiu demonstrar que o esporte é um instrumento importante de integração e de socialização, que contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos desportistas, incluindo suas relações com a sociedade.

Que venha a próxima!



CORREIOS